



CONEDU
Congresso Nacional de Educação
18 a 20 de Setembro de 2014

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: DIÁLOGOS DA MEMÓRIA COLETIVA NAS CONSTRUÇÕES SIMBÓLICAS

Maria Cristina Leandro de Oliveira Neves Ferreira
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFRN/NATAL
cris.hist@yahoo.com.br

Orientadora: Prof^a. Doutora Andreia Regina Moura Mendes
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN
atenasregina@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

As questões em torno do patrimônio sociocultural perpassam pela dimensão da preservação da memória. De acordo com Maurice Halbwachs (2004) toda memória é coletiva sendo, portanto, construída a partir de “lugares memória” comum aos habitantes de um determinado local. Os “lugares de memória” tendem a um retorno a tudo aquilo que identificam os grupos, que os fazem sentir-se unidos por um laço comum. São vivências que ultrapassam as dinâmicas de um presente sempre em constante modificação. Pierre Nora (1993, p.13), historiador francês, nos diz que os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, [...] Sem vigilância comemorativa, a história depressa as varreria. (1993, p. 13).

No entanto, podemos perceber nas palavras de Nora, que as construções da memória se faz num processo contínuo no instante em que o grupo social busca salvaguardar suas marcas, sendo estes fatores importantes para a coesão e continuidade dos grupos. Nesse instante podemos inferir que a memória precisa ser mantida nos pequenos atos do cotidiano, pois, sendo a memória algo não natural, ela tem seus alicerces naquilo que é concreto, no espaço e nas construções simbólicas humanas; “a memória é o absoluto e a história o relativo” (NORA, 1993, p.09).

Nesse contexto, deve-se fortalecer o processo de criação de uma cultura indenitária por meio da Educação Patrimonial (EP) e do fortalecimento dos símbolos sociais que representem esses valores.

Nesse sentido, a inserção dessa metodologia no ambiente escolar tem por objetivo a propagação de ideias de preservação e valorização. Aliado a



esse contexto vale salientar que patrimônio não é somente os objetos que simbolizam o presente, mas o que também foi importante durante toda a história de uma cidade, de um bairro em uma determinada época. Desse modo, devemos perceber também que o que consideramos bens patrimoniais não devem ser apenas os monumentos que marcaram uma época ou aos centros históricos já consagrados e protegidos por órgão federais como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e os órgãos de patrimônios estaduais e municipais, mas também o que está no cotidiano das pessoas.

No entanto, a Educação Patrimonial voltada para o ensino tem a proposta de viabilizar a articulação e a aproximação entre os agentes da preservação (órgãos federais, municipais e estaduais), os pesquisadores e a sociedade em geral, o que vem a estabelecer um diálogo permanente e necessário à troca e conhecimento.

O objetivo deste artigo é propor a metodologia da Educação Patrimonial como suporte para o fortalecimento dos laços culturais e identitários, onde a perspectiva é a preservação da memória coletiva, a começar pelo ambiente escolar.

METODOLOGIA

Tendo seu principal objetivo no conhecimento dos bens culturais e ao acesso às informações pertinentes a estes bens, a Educação Patrimonial possibilita à sociedade o conhecimento do seu patrimônio sociocultural ao mesmo tempo em que cria laços de identificação por determinados espaços ou bem culturais. O princípio da Educação Patrimonial é:

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho de Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto desses bens, e propiciando a geração e a produção de novos



conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 06)

A metodologia da EP se articula em qualquer evidência cultural de natureza material ou imaterial; tangível ou intangível. Sendo estas manifestações populares de carácter folclórico ou ritual de saberes populares religiosos; seja ela como um conjunto de bens materiais como monumentos e centros históricos urbanos; ou, ainda, natural como uma paisagem ou um sítio arqueológico. Tal proposta pode ser desenvolvida em qualquer ambiente escolar, ONG's, bibliotecas, com o objetivo de produzir o conhecimento e despertar a preservação destes bens. Assim, de acordo com Horta, Grunberg e Monteiro (1999, p. 06)

o conhecimento crítico e a apropriação consciente por parte das comunidades e indivíduos do seu "patrimônio" são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania. A Educação Patrimonial é um instrumento de "alfabetização cultural" que possibilita o indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o a compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da autoestima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira compreendida como múltipla e plural.

Nessa perspectiva podemos observar que esta prática se completa ao disseminar o conhecimento dos bens culturais ao mesmo tempo em que possibilita a identificação com os patrimônios de sua cidade, bairro ou região.

As etapas da EP são desenvolvidas a partir da de Horta, Grunberg e Monteiro (1999) os quais colocam da seguinte forma o processo:

Etapas	Recursos/atividades	Objetivos
1) Observação	Exercícios de percepção/sensorial, por meio de perguntas, manipulação de objetos, medição, anotações, dedução, comparação, jogos de detetive, etc	Identificação o objeto: Função/significado; desenvolvimento da percepção visual e simbólica
2) Registro	Desenhos, descrição verbal ou escrita, gráficos, fotografias, maquetes, mapas e plantas baixas,	Fixação do conhecimento percebido, aprofundamento da análise crítica;



	modelagem, et.	desenvolvimento da memória, pensamento lógico, intuitivo e operacional.
3) Exploração	Análise do problema, levantamento de hipóteses, discussões, questionamento, avaliação, pesquisa em outras fontes como bibliotecas, arquivos, cartórios, documentos, familiares, jornais, revistas e entrevistas, etc.	Desenvolvimento das capacidades de análise e julgamento crítico, interpretação das evidências e significados.
4) Apropriação	Recriação, releitura, dramatização, interpretação em diferentes meio de expressão, como a pintura, escultura, drama, dança, música, poesia, texto, filme em vídeo, exposição em classe.	Envolvimento afetivo, internalização, desenvolvimento da capacidade de auto expressão, apropriação, participação criativa, valorização do bem cultural.

As apropriações dessas etapas no desenvolvimento da Educação Patrimonial envolvem atividades das mais diversas possibilidades, as quais são acessíveis em qualquer ambiente que se queira desenvolver essa metodologia. Partindo dos conhecimentos prévios dos indivíduos envolvidos nesse processo, podem-se ampliar as visões de espaço e de tempo e direcionar os trabalhos a fim de que haja possibilidade de reconstituir as memórias e despertar o sentimento de apropriação dos bem culturais.

De acordo com Libâneo

As formas que assume a prática educativa, sejam não-intencionais ou intencionais, formais ou não formais, escolares ou extra-escolares, se interpenetram. O processo educativo, onde quer que se dê, é sempre contextualizado social e politicamente; há uma subordinação à sociedade que lhe faz exigências, determina objetivo e lhe provê condições e meios de ação. (1994, p. 18)

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A preservação da memória e dos bens patrimoniais perpassa por uma sensibilidade quanto aos lugares e manifestações que remetem às vivências coletivas de determinado grupo em determinado tempo e espaço. Observamos



constantemente as transformações e, muitas vezes, destruição dos espaços em detrimento a um contexto de novos arranjos sociais que atendem a uma dinâmica de globalização ao qual estamos sujeito. Nesse ínterim, o trabalho com a Educação Patrimonial possibilita que os indivíduos compartilhem uma história comum e desfrutem do seu direito à memória, à cidadania e à qualidade de vida.

CONCLUSÕES

A Educação Patrimonial nos possibilita trabalhar os patrimônios em quaisquer âmbitos, sejam eles patrimônios materiais, imateriais ou naturais, pois, a aplicação de sua metodologia é de baixo custo o que viabiliza o seu trabalho nos mais diversos locais como ONG's, bibliotecas, centros comunitários, associações, museus, escolas.

É importante o conhecimento prévio do tema a ser tratado com visitas ao local a ser trabalhado, leituras, visitas a institutos de preservação, entrevistas com moradores, com pessoas da escola. Em seguida, pode-se conversar com a coordenação pedagógica da escola de como o trabalho poderá ser avaliado.

REFERÊNCIAS

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001

HORTA, Maria de Lourdes P.; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial. 1999

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez (Coleção magistério. Série formação do professor)

NORA, Pierre. "**Entre Memória e História: a problemática dos lugares**", In: **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.
